



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

TERMO ADITIVO Nº 4 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 019/2018 - MP/PGJ

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 019/2018 – MP/PGJ, que entre si celebraram o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e a Sra. **VERA NEIDE PINTO CAVALCANTE**, visando à locação de imóvel para instalação Promotoria de Justiça de Coari.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio de sua **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão de sua Administração Superior, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança, 69.037-473, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 04.153.748/0001-85, doravante denominada **LOCATÁRIA**, neste ato representada por seu Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, o Exmo. Sr. **Géber Mafra Rocha**, residente e domiciliado em Manaus/AM, portador do documento de identidade n.º 07300891 - SSP/AM e inscrito no CPF (MF) sob o n.º 384.778.582-68, e a Sra. **Vera Neide Pinto Cavalcante**, residente na Rua Gonçalves Ledo, n.º 264, Lote 29, 69.460-000, Coari/AM, portadora do documento de identidade n.º 0278158-1 - SSP/AM e CPF (MF) n.º 284.073.932-15, tendo em vista o que consta no Procedimento n.º **2021.021789**, doravante referido por **PROCESSO**, e, em consequência da dispensa de licitação fundamentada no art. 24, inciso X, da Lei n.º 8.666/93, por meio do Despacho n.º 260.2018.01AJ-SUBADM.0198926.2018.003244 (Procedimento Interno n.º 2018.003244), resolvem celebrar o **QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 019/2018 – MP/PGJ**, que se regerá pela Lei n.º 8.666/93, arts. 55, 58 a 61 e 62, no que couber, e das disposições da Lei n.º 8.245/91, e suas alterações e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente contrato tem por objeto a **prorrogação**, por **12 (doze) meses**, da vigência do Contrato Administrativo n.º 019/2018 – MP/PGJ, bem como o **reajuste** do seu valor, nos termos previstos em suas cláusulas décima terceira e décima primeira, e de acordo com o art. 57, II, e art. 65, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE:

O valor mensal da locação fica reajustado em **10% (dez por cento)**, passando de **R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)** para **R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR:

O valor global do presente ajuste é de **R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais)**, a ser executado em 12 (doze) parcelas mensais de **R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)**.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas oriundas deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: **Unidade Orçamentária:** 03101 – Procuradoria Geral de Justiça; **Programa de Trabalho:** 03.122.0001.2001.0001 – Administração da Unidade; **Fonte:** 0100 – Recursos Ordinários; **Natureza da Despesa:** 33903615 – Locação de Imóveis, tendo sido emitida, pela **LOCATÁRIA**, em 27/04/2022, a Nota de Empenho n.º 2022NE0000718, no valor global de **R\$ 34.833,33 (trinta e quatro mil, oitocentos e trinta e três reais e trinta e três centavos)**.

Parágrafo único. No exercício seguinte, o valor de **R\$ 31.166,67 (trinta e um mil, cento e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos)**, relativo ao complemento do contrato, será empenhado à conta de dotações consignadas para o orçamento vindouro.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA:

O prazo de vigência estabelecido na Cláusula Décima Terceira do contrato original fica prorrogado por mais **12 (doze) meses**, compreendendo o período de **20 de junho de 2022 a 20 de junho de 2023**, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo único. Caso seja concluída a obra de construção da edificação destinada a abrigar as Promotorias de Justiça da Comarca de Coari/AM, objeto do Contrato Administrativo n.º 018/2021, e devidamente realizada a instalação dos recursos materiais e humanos na nova sede, antes do término de vigência deste instrumento, as partes concordam em rescindir o presente ajuste, devendo a **CONTRATANTE** comunicar a denúncia à **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO:

O presente termo aditivo será publicado sob a forma de extrato, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas, após a sua assinatura, correndo as despesas por conta da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93 e do Ato PGJ n.º 082/2012.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO:

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo n.º 019/2018 – MP/PGJ, de 21 de junho de 2018, e de seus aditivos, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Termo Aditivo.

E por estarem de acordo, foi o presente termo, depois de lido e anuído, assinado digitalmente pelas partes e por duas testemunhas.

GÉBER MAFRA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

VERA NEIDE PINTO CAVALCANTE

Proprietária do Imóvel



Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha, Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 23/05/2022, às 17:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vera Neide Pinto Cavalcante, Representante Legal**, em 31/05/2022, às 11:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra, Testemunha**, em 31/05/2022, às 11:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maikon Antonio Freitas Martins, Testemunha**, em 31/05/2022, às 11:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0824990** e o código CRC **369BC92F**.
